

CES
COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOCIAL
Núm. 36 (2014), páxs. 365-369
ISSN: 1130-2682

NAMORADO, RUI, «O MISTÉRIO DO COOPERATIVISMO
– DA COOPERAÇÃO AO MOVIMENTO
COOPERATIVO», ALMEDINA, COIMBRA, 2013

*NAMORADO, RUI, «THE MYSTERY OF COOPERATIVISM
– FROM COOPERATION TO THE COOPERATIVE
MOVEMENT», ALMEDINA, COIMBRA, 2013*

EDUARDO GRAÇA¹

¹ Presidente da Direção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES). Correio eletrónico: eduardograça@cases.pt

O Professor Rui Namorado é, pela sua personalidade e obra, uma figura incontornável do pensamento cooperativista português, com reconhecimento internacional. A sua abordagem da realidade cooperativa assume uma natureza iminentemente doutrinária sem deixar de ser, ao mesmo tempo, de forma exigente e rigorosa, pedagógica, informativa e prática.

Sem desdouro por outros estudiosos, Rui Namorado é uma voz reconhecida e respeitada, nos mundos da academia e da ação, referência incontornável no estudo do fenómeno cooperativo e, em geral, do setor da economia social em Portugal. Aqui presto homenagem ao Homem e Estudioso que, com espírito de dádiva, muito tem contribuído para criar doutrina, densificar o debate e prestigiar o cooperativismo, e a economia social, junto das gerações mais jovens.

«*O Mistério do Cooperativismo – da Cooperação ao Movimento Cooperativo*» é, na verdade, um livro de história. O seu objeto central assenta na descrição e análise bem informada e detalhada, na sua complexidade, do processo de especialização do pujante mundo associativo nascido no seio da revolução industrial do século XIX. Tal processo, com epicentro no Reino Unido, deu origem aos modernos partidos políticos de matriz socialista (social democrata ou trabalhista), ao movimento sindicalista, de matriz revolucionária, católica ou reformista, ao cooperativismo e ao mutualismo, mesclando todas as correntes.

Nas palavras do autor, parafraseando Lasserre, o moderno edifício institucional das democracias modernas nasceu de «*uma nebulosa inicial*», onde sob forma associativa se manifestaram diversos tipos de ação coletiva dos trabalhadores, a partir da qual emergiu um processo de especialização – diferenciação em partidos, sindicatos, cooperativas e mútuas. «*As cooperativas nasceram dentro desta “nebulosa associativa” inicial, como elemento do movimento operário*».

Identificando numa frase a génese das cooperativas o autor escreve: «*...as cooperativas surgem como resposta às dificuldades causadas na vida de amplos setores da sociedade, nas primeiras décadas do século XIX, pela evolução do capitalismo.*»

A legião de trabalhadores, o operariado, que a sociedade industrial fez nascer viveu em condições de exploração extrema ou, no melhor dos casos, muito severa, conduzindo a um processo de auto-organização, originando organizações capazes de gerar mecanismos de autodefesa que desembocaram em respostas reivindicativas, por vezes violentas, encorpando um verdadeiro movimento que sempre foi designado por movimento operário.

Deste processo nasceram algumas realidades que persistiram transfigurando-se, assumindo diversas representações, mas mantendo o essencial dos seus propósitos e mesmo das suas designações como por exemplo, no caso dos partidos: so-

cialistas, sociais-democratas e trabalhistas — o SPD alemão, o Labour, ou Partido Trabalhista, do Reino Unido, a SFIO (Seção Francesa da Internacional Operária), ou seja, o PS francês (que curiosamente só assumiu esta designação na 2.^a metade do século XX, sob iniciativa de Mitterrand), para falar somente de três países centrais, e estruturantes, da atual União Europeia (EU).

Outras realidades persistiram como o movimento sindical que se organizou nas centrais sindicais que, em traços largos, permanecem vivas e atuantes, em todos os países, com suas tendências (sociais democratas, socialistas e comunistas), tendo-se perdido pelo caminho, ou tornada invisível, ou omissa no discurso público, a tendência anarquista mas, certamente, latente entre muitos movimentos cívicos que se esboçam em oposição às políticas de austeridade por essa Europa fora.

O movimento cooperativo e mutualístico sobreviveu, persistiu e persiste, autonomizou-se e especializou-se, assumindo, no plano organizacional, uma geometria variável, quase sempre mais próximo do pragmatismo próprio do lado da busca de soluções económicas para os problemas das classes trabalhadoras e dos pequenos e médios proprietários, do que do lado das reivindicações, abrangendo as áreas financeira, agrícola, comercial, do consumo, da indústria, da cultura e, em geral, dos serviços.

Ao longo do tempo multiplicaram-se debates e polémicas, divisões e reunificações, criação de federações e uniões, assistiu-se ao seu apogeu e declínio, à emergência e apagamento da sua relação com os partidos socialistas e social-democratas e com os sindicatos. Ergueu-se, em França, a bandeira da República Cooperativa, na conceção de Gide a que se sucedeu uma réplica britânica com o conceito de «Cooperative Commonwealth» tendo sido criado, em 1919, no Reino Unido, o Partido Cooperativo que desde 1927 tem um acordo com o Partido Trabalhista, através do qual tem assegurado uma representação parlamentar.

Ao longo das últimas décadas do século XIX digladiaram-se defensores e opositores do cooperativismo com um ponto alto no Congresso Operário de Marselha, de 20 a 31 de outubro de 1879 no qual se consumou uma rutura decisiva: «*as cooperativas são eliminadas enquanto instrumentos de emancipação do proletariado*». Foi um tempo de duras confrontações no seio das quais o modelo cooperativo foi amadurecendo desembocando na criação da ACI («Aliança Cooperativa Internacional»), em 1895, o que constituiu um acontecimento da maior importância tanto assim que a organização resistiu, e perdurou no tempo, tendo realizado, em 2013, o seu Congresso anual na Cidade do Cabo, na República da África do Sul.

A vocação interclassista e a natureza híbrida do cooperativismo — ao mesmo tempo associação e empresa — foi, e é, a sua força e a sua fraqueza. Trata-se quer pelos seus princípios, quer pela natureza do seu modelo organizativo e pela prática da sua ação, um tipo de organização criado para resolver problemas práticos,

com enfoque na economia, com que se defrontam comunidades de trabalhadores de todas as ideologias, raças e credos.

O fim económico que prossegue, mais do que a democraticidade a que obedece, sempre expôs o movimento cooperativo à crítica, ou ostracismo, dos partidos socialistas e social-democratas, assim como dos sindicatos, pela sua aparente apatia face aos movimentos reivindicativos nos quais por regra não participa, acentuando os riscos de sucumbir a uma subalternidade, sempre latente ao longo da sua história, em relação à distribuição de poder e de recursos entre os três setores de propriedade dos meios de produção na aceção da Constituição da República Portuguesa (público, privado e cooperativo e social). Eis uma questão que abre pontes para um debate com atualidade.

O livro de Rui Namorado é, por fim, um grito lúcido de alerta para que os partidos e sindicatos nascidos da mesma raiz que originou o movimento cooperativo e mutualístico, não desertem de um ideário comum de cooperação e solidariedade.